



II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar



Procuradora-geral participa de debates sobre “A Perda do Posto de Oficiais e da Graduação de Praças”

Chefiados pela procuradora-geral Marisa Cauduro, membros do Ministério Público Militar participaram em Florianópolis – SC, do II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar, ocorrido entre os dias 2 e 6 de dezembro.

Logo no primeiro dia de exposições, o corregedor-geral do MPM e presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público - CNCGMP, Péricles Queiroz, comandou a mesa que debateu o tema “A Investigação dos Crimes de Guerra”. Entre os debatedores estavam o magistrado do Ministério Público Angolano, Beato Manuel Paulo, o procurador Regional da República e professor da Universidade de Brasília, Carlos Eduardo Vasconcelos, e o coronel-adido de Defesa da Embaixada do Reino Unido, Ralph Ashenurst.

Ainda no primeiro dia de debates, o promotor da Justiça Militar em Brasília, Jorge César de Assis participou, juntamente com o ministro do Superior Tribunal Militar, Carlos Alberto Marques Soares, o juiz-auditor da Justiça Militar/RS, Alexandre Aronne de Abreu, e o promotor da Justiça Militar/SC, Sidney Eloy Dalabrida, das discussões sobre o “Código de

Processo Penal Militar: Críticas e Soluções”.

Na Sexta-feira (5), o coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do MPM Carlos Frederico de Oliveira Pereira, debateu “As Cortes Internacionais e os Direitos Humanos” com a representante do Tribunal Penal Internacional Sílvia Helena de Figueiredo Steiner.

À tarde, a procuradora-geral da Justiça Militar coordenou as exposições sobre “A Perda do Posto de Oficiais e da Graduação de Praças”. Falando sobre o tema, Marisa Cauduro afirmou que as leis que versam a respeito da perda de posto de oficiais precisam ser

revistas. “É juridicamente desconcertante que o Conselho que julga é o mesmo Conselho que redige o libelo de acusação”, declarou ela. Acrescenta a procuradora-geral que a lei do Conselho de Justificação “estaria a merecer consideração por lei ordinária, na qual houvesse amplo envolvimento do Congresso e dos seguimentos interessados”. Nessa discussão acompanharam a procuradora-geral, o presidente do Tribunal de Justiça Militar/SP, Avivaldi Nogueira Júnior, o presidente do Tribunal de Justiça Militar/MG, Décio de Carvalho Mitre e o presidente do Tribunal Militar/RS, João Carlos Bona Garcia.

Ainda em Florianópolis, Marisa Cauduro foi homenageada pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais - organizadora do evento em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina - com a entrega da comenda Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais. Também apoiaram o encontro o Ministério Público Militar, a Academia Judicial do Poder Judiciário/SC, a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, a Escola Nacional da Magistratura – ENM, a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC e o Superior Tribunal Militar – STM.



1) Procuradora-geral com o juiz do Tribunal de Alcada do Paraná, João Kopitowisky; o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Vladimir Passos de Freitas; e o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Amaral e Souza.

2) Debate coordenado pelo corregedor-geral do MPM